

**Iniciativas de  
Experimentação SocioEcológica**

**Caderno**

**de**

**Recomendações**

**Sociais**

**e de**

**Política**

**CATALISE**





# Iniciativas de Experimentação SocioEcológica: Caderno de Recomendações Sociais e de Política

Capacitação para a Transição Local e Inovação Social – 2016

## Redatores do Caderno

Sara Rocha

Cristina Albuquerque

Maria Nolasco

Patrícia Santos

David Avelar

Gil Penha-Lopes

## Agradecimentos

A equipa do projeto CATALISE dirige um enorme agradecimento a todos e a todas os/as participantes, membros e parceiros das iniciativas que contribuíram nos diferentes momentos do projeto, disponibilizando o seu tempo e energia para partilhar com a equipa os seus testemunhos, os seus espaços e as suas vivências.

Um especial agradecimento aos consultores e consultoras do projeto, que contribuíram livre e generosamente com a sua experiência e conhecimentos em diferentes fases do projeto e para a conceção, discussão e concretização desta publicação, nomeadamente, à Filipa Pimentel, à May East, ao Hugo Oliveira, ao Pedro Serpa e à Annelieke van der Sluijs. Agradecemos também ao Fernando Rodrigues pelo apoio na revisão jurídica.

## CATALISE

O Projeto CATALISE – *Capacitação para a Transição Local e Inovação Social* foi criado e coordenado pelo CICS.NOVA (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e pelo CCIAM-cE3c (grupo de investigação *Climate Change Adaptation, Impacts and Modelling*, do Centre for Ecology, Evolution and Environmental Change, sedado na Faculdade de Ciências, da Universidade de Lisboa.

### **Equipa do Projeto**

Cristina Albuquerque, David Avelar, Casimiro Balsa, Pedro Garrett, Gil Penha-Lopes, Maria Nolasco, Sara Rocha, Clara Santos, Patrícia Santos, Filipe Duarte Santos.

Projeto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG)

Para o desenvolvimento de algumas atividades do Projeto teve também o apoio financeiro do 7º Programa-Quadro da Comunidade Europeia no âmbito *Grant Agreement No.308337* (Projeto BASE) (CCIAM-cE3c).

O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade da Equipa do Projeto CATALISE e não pode, de forma alguma, ser tomado como expressão das posições das entidades financiadoras, FCG e União Europeia.

### **Design gráfico**

vivóeusébio – [www.vivoeusebio.com](http://www.vivoeusebio.com)

### **Impressão**

Gráfica Maiadouro

### **ISBN**

978-989-20-6479-6

### **Depósito-legal**

406172/16



# ÍNDICE

## 5 INTRODUÇÃO

- 5 Porquê este Caderno de Recomendações Sociais e de Política?
- 6 A quem se destina este Caderno?
- 6 Como surge este Caderno?
- 7 Como consultar este Caderno?

## 9 1. ENQUADRAMENTO

- 9 1.1. Porque surgem as Iniciativas de Experimentação SocioEcológica?
- 11 1.2. Que princípios e práticas propõem as Iniciativas de Experimentação SocioEcológica?

## 15 2. POTENCIAL DE INOVAÇÃO

- 16 2.1. Estas Iniciativas de Experimentação SocioEcológica são inovadoras?

## 21 3. TRANSFERIBILIDADE E ESCALABILIDADE DAS INICIATIVAS

- 22 3.1. Estas iniciativas têm condições de escala ou de transferibilidade?

## 25 4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES

- 25 4.1. Que desafios são sentidos por estas iniciativas?
- 27 4.2. E que oportunidades existem?

## 31 5. OBSTÁCULOS E DIFICULDADES

- 32 5.1. Que forças externas inibem ou condicionam a ação destas iniciativas?
- 34 5.2. Que forças internas limitam as iniciativas?
- 35 5.3. E quais são os constrangimentos dos parceiros das iniciativas?

## 37 6. RECOMENDAÇÕES SOCIAIS E DE POLÍTICA

## 43 7. EXPERIMENTAÇÃO DE BASE SOCIOECOLÓGICA: NOVOS CAMINHOS PARA A PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E INTEGRAL

- 43 7.1. Repensar modelos organizativos e alterar culturas institucionais...
- 44 7.2. Reavaliar quadros legislativos...
- 44 7.3. Resgatar experiências e conhecimentos já adquiridos...
- 45 7.4. Catalisar a mudança: criar condições de apoio à experimentação socioecológica...
- 45 7.5. Valorizar outras formas de construção do conhecimento...
- 46 7.6. Mais ação reflexiva e mais avaliação para um contributo relevante...

## 47 NOTAS



# INTRODUÇÃO

## Porquê este Caderno de Recomendações Sociais e de Política?

A reflexão sobre a necessidade de respostas para problemas sociais complexos como a pobreza, a exclusão social e a desintegração socioeconómica dos territórios, bem como sobre os desafios derivados das alterações climáticas, levou-nos a constatar a existência de uma grande dispersão, desarticulação e insuficiência de conhecimento, que permita harmonizar, de forma eficaz e eficiente, as decisões e estratégias políticas (*top-down*), com os processos de ação operados diariamente no terreno (*bottom-up*).

Nem sempre se verifica uma articulação adequada entre estes dois patamares de conhecimento e de ação que permita alcançar efetivas mudanças de práticas e de conceções sociais e políticas. As diferenças de escala nas análises, a dispersão de informação e a dificuldade em aceder, cruzar e compreender as informações e saberes disponíveis (sejam de base local, sejam de índole geral) frequentemente colocam em causa os processos de interconhecimento e de participação, essenciais a uma governança local capaz de potenciar maior justiça social e sustentabilidade ambiental, económica e cultural.

**Top-down** – decisões geralmente projetadas a partir de cenários, de “cima para baixo”, ou seja, das estruturas de decisão central para os territórios e cidadãos.

**Bottom-up** – princípio de ação geralmente orientado por visões e ações concretas e por uma lógica indutiva (do particular para o geral); valoriza e parte do conhecimento de base e da pequena escala (de cariz comunitário e de proximidade), para determinar orientações mais gerais e de média/grande escala.

As finalidades desta publicação, doravante designada por Caderno, são assim:

- a) **Sistematizar e disseminar conhecimento útil** que permita diminuir a distância entre os níveis de planeamento e ação das instituições e entidades públicas e dos agentes e atores sociais e políticos da sociedade civil;
- b) **Identificar potencialidades e lacunas**, quer de recursos, apoios e políticas, quer sobre o funcionamento e estrutura das próprias iniciativas, de modo a fundamentar propostas e recomendações passíveis de incrementar a efetividade e sustentabilidade das mesmas;

c) **Facilitar a análise crítica** dos processos de mudança social em curso, bem como dos processos de tomada de decisão e de **criação de medidas e estratégias** coerentes e adequadas às especificidades das diferentes escalas dos territórios e dos agentes de ação coletiva.

### ◦ **A quem se destina este Caderno?**

De acordo com as finalidades acima indicadas, o Caderno destina-se especificamente:

a) Aos **agentes sociais, económicos e políticos** com responsabilidades na criação de propostas e respostas às necessidades existentes e emergentes nos territórios, salvaguardando, quer o respeito pela iniciativa e pela vontade expressa dos cidadãos, quer a consideração dos impactes das medidas e decisões (ou omissões) em termos sociais, económicos, ambientais, culturais e axiológicos;

b) Aos **atores integrados em iniciativas de Animação Territorial [1]**, promovendo a análise crítica do potencial holístico das iniciativas e uma maior consciencialização do seu papel político, bem como dos processos e instrumentos adequados à sua disseminação (seja em termos de conhecimento e experiências partilhadas, seja em termos da sua transferência para contextos diferenciados);

c) Ao **público em geral** e, em particular, aos cidadãos interessados em conhecer mais sobre a realidade das iniciativas em estudo e/ou com interesse em iniciar ou aprofundar o seu envolvimento cívico nos lugares em que vivem.

### ◦ **Como surge este Caderno?**

Esta publicação surge no âmbito do projeto exploratório de investigação-ação CATALISE – *Capacitar para a Transição Local e Inovação Social*, que teve a duração de dezassete meses (2014-2016), durante os quais se procurou recolher dados que permitissem um maior conhecimento sobre as **Iniciativas de Experimentação SocioEcológica** existentes no território nacional e também uma compreensão mais aprofundada sobre as suas práticas e princípios.

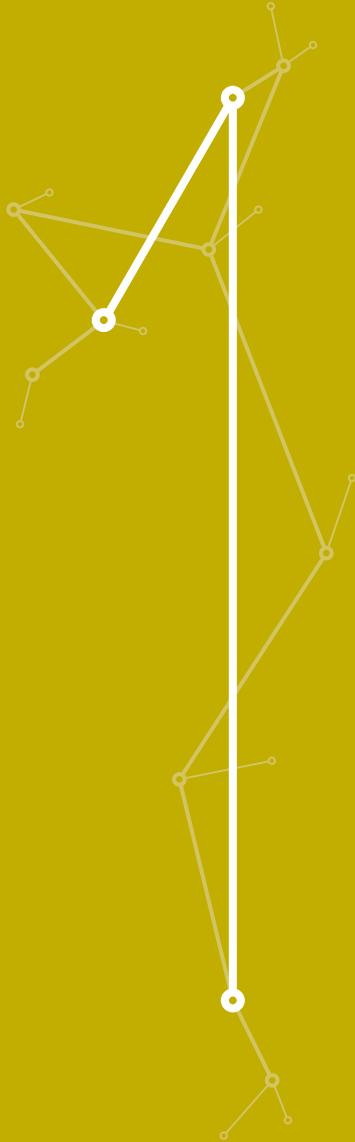
Os dados foram recolhidos utilizando uma metodologia mista: quantitativa e qualitativa. Numa primeira fase foi aplicado um inquérito nacional junto de iniciativas formais e informais da sociedade civil [2] inscritas em diferentes redes temáticas com finalidades, em geral, ligadas à promoção do desenvolvimento dos territórios locais, de inovação social, de transição para a sustentabilidade e de governança participativa: Rede CONVERGIR, ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, portal Zoom da CASES, Fórum Cidadania e Território, Transição Portugal, rede de projetos apoiados pelo programa BipZip da Câmara Municipal de Lisboa, projetos apoiados pelo programa Cidadania Ativa da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), e as Hortas Solidárias apoiadas pela Fundação EDP e FCG. Foram selecionadas iniciativas com, pelo menos, um ano de atividade, mobilizadoras de ação coletiva (com envolvimento de três pessoas no mínimo) e a desenvolver, em simultâneo, práticas e/ou objetivos ambientais, sociais e económicos.

Seguiu-se a análise estatística dos dados recolhidos com o questionário de âmbito nacional para identificar tipologias de iniciativas e definir os casos de estudo, limitados às regiões da Área Metropolitana de Lisboa e Alentejo. Estes casos foram compreendidos em profundidade por meio de análise de informação, observação direta e entrevistas presenciais a cofundadores, participantes ativos das iniciativas e parceiros locais (agentes do poder local eleito e outras organizações). Os representantes das iniciativas, casos de estudo e outras integradas na análise global, foram também convidados a participar num encontro de reflexão e debate de um dia, no qual as conclusões da recolha de dados e os conteúdos que constam do presente Caderno, e dos demais produtos do Projeto [3], foram debatidos criticamente, explicitados e aprofundados.

Este princípio de complementaridade e cocriação de conhecimentos esteve presente em todas as fases do projeto no sentido de potenciar a aprendizagem coletiva: desde o acompanhamento por consultores, a partilha de bases de dados, a participação no desenho e teste do questionário e do guião de entrevista, à produção e visualização de um documentário e de um evento com a participação de participantes da pesquisa empírica. Assim, este Caderno resulta de um processo de investigação participada, de ação sinérgica e de complementaridade colaborativa entre a academia e os agentes concretos de ação coletiva. O conteúdo deste Caderno está disponível e mantém-se em codesenvolvimento na plataforma on-line da Rede CONVERGIR em: <http://www.redeconvergir.net/catalise>

### Como consultar este Caderno?

Para contextualizar as finalidades desta publicação, é discutido brevemente, na **Secção 1**, o modelo de desenvolvimento vigente cujas limitações têm motivado a emergência de uma grande pluralidade de iniciativas promotoras de desenvolvimento “alternativo” em todo o mundo e em Portugal. Ainda neste ponto são apresentados os princípios e práticas propostas por algumas das Iniciativas estudadas no âmbito do CATALISE, ilustradas com excertos das entrevistas realizadas. Na **Secção 2** é definido o conceito de Inovação Social, assim como algumas componentes essenciais à mesma que permitirão balizar a análise das iniciativas. Na **Secção 3**, são apresentados os processos de transferência das iniciativas, seguida de uma apresentação breve na **Secção 4** dos desafios que as iniciativas sentem. Em contraponto são apresentadas algumas oportunidades que as iniciativas poderão mobilizar nos seus contextos de ação. Na **Secção 5** é apresentada uma reflexão sobre as forças internas e externas que condicionam a ação destas iniciativas, e que contextualiza as recomendações feitas na **Secção 6** e enforma as reflexões finais da **Secção 7**, onde são apontadas algumas das áreas identificadas como de extrema importância para a geração de ação coletiva ao nível dos territórios. Por fim, no último ponto, **Notas**, poderá encontrar as referências utilizadas pela equipa e que poderão ser recursos úteis para pesquisas posteriores.



# 1. ENQUADRAMENTO

## 1.1. Porque surgem as Iniciativas de Experimentação SocioEcológica?

O aprofundamento das desigualdades económicas e sociais e o agravamento de problemas ambientais ameaçam hoje a estabilidade geopolítica global e colocam em causa o otimismo depositado nos benefícios do crescimento económico enquanto fator, por si só, promotor de desenvolvimento. Atender a estes desafios implica repensar o modelo de desenvolvimento atual e questionar a visão reducionista subjacente, em que a qualidade de vida e a prosperidade são avaliadas apenas por referência a um conjunto de indicadores macroeconómicos de produtividade e de consumo (por exemplo, o Produto Interno Bruto), sem ter em consideração as condições de vida reais das populações. Em contrapartida, existem já diversas propostas de indicadores macroeconómicos que permitem medir, monitorizar e avaliar o bem-estar e a sustentabilidade como é o caso do mediático FIB (Felicidade Interna Bruta) aplicado no Butão, entre outros [4].

*Construir os pressupostos de um “desenvolvimento sustentável” acarreta, desde logo, admitir a profunda interdependência entre os sistemas ecológico e socio-económico, ou seja, conciliar as condições necessárias que permitam a cada ser humano ter a capacidade de viver uma vida digna e com liberdade de escolher em condições de justiça e de bem-estar, com um mínimo impacto ecológico.*

Contudo, embora possa haver acordo sobre quais são os objetivos para um “desenvolvimento sustentável”, permanece forte a controvérsia em torno de qual a melhor forma de os operacionalizar e também a crítica à imprecisão que o conceito tem sofrido. Na génese destas divergências residem diferentes visões sobre o mundo e, assim, distintos entendimentos sobre qual a

profundidade necessária, ou não, de uma rutura com o modelo linear de crescimento ilimitado e com o *status quo* criado em torno dele. Daqui resultam diferentes propostas alternativas de desenvolvimento. Por *alternativa* entendemos a mobilização da ação reflexiva, comprometida com o questionamento dos pressupostos do conceito de desenvolvimento e a sua não-redução, ao nível local, a um crescimento económico circunscrito a unidades territoriais de pequena escala [5].

É à luz deste contexto que a emergência de um grande número de projetos, movimentos, iniciativas e organizações têm surgido em todo o mundo, propondo a alteração do quadro de valores e dos modelos de desenvolvimento vigentes. De uma forma geral, estas iniciativas caracterizam-se por: uso intenso de redes, fronteiras pouco claras entre produção e consumo, uma ênfase na colaboração, interações de proximidade, uma ética de cuidado face a si mesmo, aos outros e aos recursos naturais, um forte papel dos princípios associados à cooperação, à integralidade (do ser humano para com os diversos contextos com os quais interage) e à consciencialização sobre os efeitos cruzados de ações e decisões individuais, sociais, económicas e políticas.

**Alguns exemplos de conceitos e iniciativas internacionais que questionam e propõem outros princípios de desenvolvimento:** Decrescimento (*Degrowth*), Economia Solidária, Movimento Slow, Movimento de Transição, Permacultura, Soberania Alimentar.

Em Portugal, nos últimos anos, estas e outras iniciativas e conceitos têm assumido uma expressão crescente.

*No âmbito do CATALISE, verificamos que um número considerável das iniciativas analisadas foram criadas em 2011 e outras existem há seis ou mais anos, o que coincide, respetivamente, com o ano de pedido do resgate financeiro e com a crise de 2008, um dado que pode refletir a mobilização cívica das populações em face das grandes adversidades dos últimos anos. No entanto, o universo de iniciativas que foram analisadas é bastante diverso, em termos da sua longevidade, tipo de organização e perspetivas que lhe estão subjacentes, à semelhança da pluralidade de culturas de cada uma das redes que estas integram [6].*

## 1.2. Que princípios e práticas propõem as Iniciativas de Experimentação SocioEcológica?

As atividades desenvolvidas são diversificadas, assim como as visões que lhes são subjacentes. De uma forma geral, o diagnóstico que estas iniciativas fazem sobre os atuais desafios globais e, em particular, nos seus contextos de intervenção, revela uma perspetiva sistémica, de interdependência entre as diversas dimensões da vida humana (interior, exterior, individual e coletiva) e a consideração do sistema ecológico como um todo, do qual os seres humanos são parte integrante. Procuram desenvolver objetivos multidimensionais (políticos, económicos, territoriais, sociais, ambientais, culturais, educativos, de saúde) e destacam como princípios mais relevantes:

o partilha o confiança o participação o colaboração o transparência o integridade o criatividade o autonomia o amor o liberdade o respeito o gratidão o descentralização de poder/detenção de recursos o cooperação com a natureza o superação do desperdício o valorização de saberes de proximidade o desenvolvimento pessoal/interior das pessoas o compromisso com o desenvolvimento local o promoção do sentido crítico o otimização e rentabilização de recursos existentes

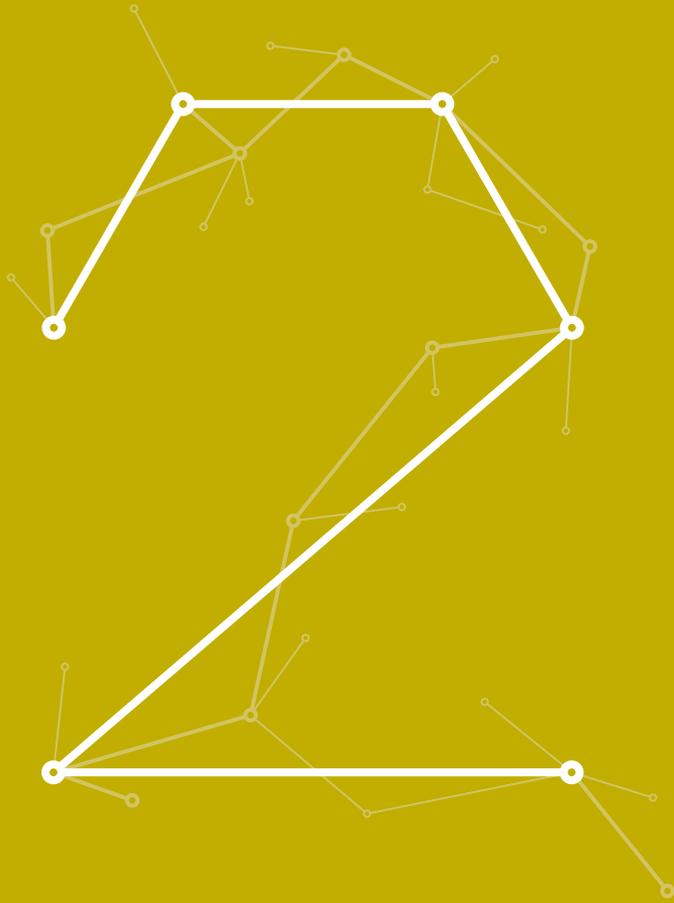
Ao longo do projeto encontrámos nos discursos dos representantes e participantes das iniciativas uma postura inconformista perante a vida, que não aceita: “o estado a que as coisas chegam” [7]. São comunidades de pessoas (quer em meio rural, quer urbano, grupos grandes ou pequenos) que se revêm e agregam em torno de ideais comuns e de visões para o futuro, sendo alguns exemplos:

- a) Obter energia a partir de fontes renováveis, em abundância, produzida de forma descentralizada e com formas de utilização mais eficientes;
- b) Promover a saúde ambiental através do princípio de completar/fechar ciclos, seja de fluxos materiais ou energéticos. Por exemplo, no ciclo alimentar, após a produção e consumo dos alimentos, os resíduos orgânicos podem ser utilizados para a produção de nutrientes para o solo através da compostagem ou para a produção de biogás, o que permite responder a várias necessidades num só ciclo;
- c) Aldeias que pretendem ser sistemas sociais renovados, proponentes de novos imaginários sociais, que não se limitam ao “paradigma do projeto rural nem no projeto de construção nem somente, também, no projeto social”, mas que propõem uma visão integrada que consiga garantir a fixação de famílias “de forma completamente sustentável em termos de alimento e em termos de produção de energia, cobrindo todas as operações previstas numa sociedade, desde a segurança à limpeza, passando pela alimentação, ou construção” e integrando múltiplas dimensões da vida: “a vertente cultural é introduzida na equação da economia de forma a fechar o ciclo económico, o ciclo ambiental e o ciclo social”;
- d) Transformar a educação formal, que consideram demasiado formatadora e desadequada, numa aprendizagem estimulante e holística, através de projetos educativos que fomentem

nas crianças: *“sentido crítico [e que possam ser] criativas, ligadas à natureza e ao coração, respeitando a individualidade de cada um em todas as esferas físicas, espirituais, anímicas (...) Nesta escola a horta é vivenciada a todos os níveis, não é uma ligação em que a pessoa se separa da natureza e em que se aprendem apenas os benefícios de ser biológico ou de reciclar, mas em que realmente se percebe como estamos intimamente ligados com a Terra e que é também terapêutico. Em que a horta não só nos alimenta fisicamente como nos alimenta animicamente. E esta percepção e este respeito imenso pela natureza, não vem de alguém que lhes impõe (...) Eles próprios [as crianças], pelo ambiente em que vivem, percebem que, de facto “eu não vou arrancar esta flor”, “eu não vou deixar de comer este brócolo que demorou meses a ser um brócolo”.*

- e) Gerar e reforçar sentimentos de comunidade onde as pessoas *“não só se conhecem como estão juntas e se entreejudam”*, através da mobilização das organizações locais e da população para a colaboração em torno da dinamização de bairros, reforçando a sua qualidade de vida;
- f) Fomentar relações comunitárias baseadas na confiança, com uma forte partilha de recursos e promotoras de autonomia: *“uma grande liberdade individual, com preservação da privacidade, liberdade e independência”*;
- g) Implementar princípios de gestão, metodologias de planeamento e de avaliação e espaços onde se valorize a dimensão *interior* das pessoas (desenvolvimento pessoal - psicológico, emocional e espiritual), com base na promoção de relações assentes na gratidão e no respeito. Com frequência é referido que habitualmente na sociedade e nas organizações a dimensão emocional (*do coração*): *“muitas vezes não é tida em conta ou, quando entra, é porque as pessoas já estão em rutura”*;
- h) Criar formas sustentáveis de aplicar dinheiro, dada a inexistência de soluções alternativas em Portugal para aplicação de poupanças em áreas com dimensão ética e sustentável;
- i) Gerar riqueza que tenha um impacto a nível social, por exemplo, na criação de condições para a emancipação das pessoas (assegurando, por exemplo, recursos de subsistência, associados ou não a um trabalho remunerado) e também para promover o desenvolvimento local;
- j) Transformar o paradigma assistencialista de intervenção social com a criação de negócios locais que usam recursos desperdiçados e criam oportunidades de autonomização e integração social pelo trabalho, assente na qualidade dos produtos e serviços gerados: *“Vira-se a mesa ao contrário, ou seja, [contrariar a postura] de “Eu sou um projeto social, coitadinho, ajudem-me a comprar estes produtos para eu ser sustentável” [e dizer]: “Não! Isto é muita bom e agora que tu paraste para olhar eu vou-te contar a história toda que está por trás”.*

*Estes grupos procuram contribuir ativamente para a transformação social, por meio da experimentação de dinâmicas económicas e sociais diversas capazes de responder à complexidade dos desafios locais e ecológicos. Esta postura exige uma constante mobilização da criatividade para ultrapassar obstáculos e construir soluções que respondam de forma eficaz a várias dimensões em simultâneo. É também transversal à generalidade das iniciativas a realização de atividades de mobilização para a participação como as oficinas e ações de formação, atividades de sensibilização e divulgação, debates e encontros, o que demonstra a existência de objetivos de disseminação.*



## 2. POTENCIAL DE INOVAÇÃO

A Inovação Social (IS) é um campo plural de experimentação, seja de ideias, modelos, produtos ou serviços, que procuram responder a necessidades sociais reconhecidas como prementes. Engloba práticas, métodos e processos frequentemente desenvolvidos e/ou adaptados pelos próprios beneficiários, o que potencia a resolução de problemas com uma eficácia e criação de valor superiores em relação às soluções já existentes [8].

Sendo um campo de cruzamento entre várias áreas do saber e da prática, não existe uma definição única e as suas fronteiras são flexíveis, o que torna a IS num conceito multidimensional e que abrange um conjunto polimórfico de iniciativas que, em grau variável, estão em rutura e/ou diálogo com as normas vigentes. Contudo, é possível identificar três grandes dimensões interinfluentes: i) a satisfação de necessidades básicas ainda não satisfeitas ou respondidas de forma insatisfatória (dimensão do conteúdo/produto); ii) as mudanças ao nível das relações sociais, em especial de governança, com uma forte valorização da participação dos grupos sociais mais vulneráveis (dimensão processual); iii) o aumento da capacidade sociopolítica e do acesso aos recursos necessários à satisfação dos direitos humanos e à concretização da participação (dimensão *empowerment*) [9].

No contexto do projeto CATALISE, adotamos a perspetiva da inovação social como um processo capaz de gerar um sistema de valores renovado, miscigenado e ancorado numa lógica de participação, democracia e economia solidária [10]. Nesta perspetiva, a inovação social enquadra:

### Quadro 1 – Componentes da Inovação Social.

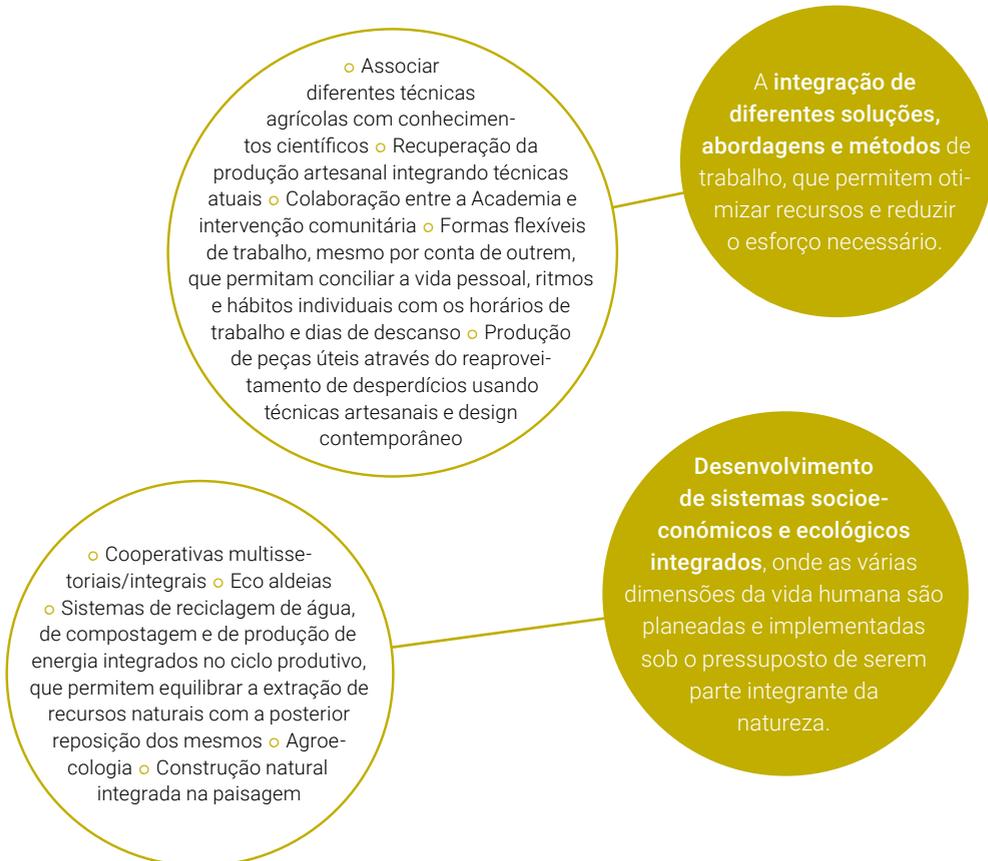
- › Uma **resposta nova a um problema social concreto**, considerado inaceitável e/ou insatisfatório;
- › Uma **finalidade social**, apoiando-se em valores e aspirações;
- › Uma **co-construção**, de forma negociada e comprometida, que implica uma **apropriação** por parte dos atores envolvidos;
- › Um período de **difusão** para atestar a sua eficácia e partilhar os avanços
- › Uma forma de institucionalização, ou seja, transpor uma experimentação efémera numa **nova norma** (conceito ou prática) reconhecida como mais adequada [10]

## 2.1. Estas Iniciativas de Experimentação SocioEcológica são inovadoras?

A finalidade da Inovação Social consiste em gerar valor social e, assim, mudanças sistêmicas. Uma iniciativa é inovadora quando, na presença das componentes indicadas no quadro 1, consegue desenvolver um processo tal que gera essas mudanças e, simultaneamente, garante que as mesmas permanecem no tempo, com incidência em contextos mais alargados que aqueles onde a experimentação inicial ocorreu.

Neste sentido, é necessário avaliar também a geração de resultados que ultrapassam aqueles que já eram esperados, ou seja, o Impacto Social das iniciativas: a porção do resultado total que vai além do que teria acontecido sem qualquer tipo de intervenção específica. Dada a natureza exploratória do projeto CATALISE, não é feita a avaliação do impacto das iniciativas estudadas, mas sim a identificação de fatores que indiciam o potencial de inovação das mesmas.

*Por entre a pluralidade de visões e práticas, as iniciativas consideram ter como princípios de inovação:*



Valorização da **multidimensionalidade** como qualidade necessária para alcançar a sustentabilidade, quer ao nível individual/pessoal, quer da comunidade.

- Desenvolvimento de projetos interdependentes, com enfoque em diferentes áreas
- Valorização da dimensão do desenvolvimento pessoal no trabalho
- Integração da autossustentabilidade nos currículos escolares integrando nos programas, por exemplo, aprender a fazer construções naturais
- Integração de múltiplas dimensões na ação através de encontros em grupos pequenos alternados com fóruns alargados de discussão para desenvolver a comunicação reflexiva e os fluxos de *feedback*

- Criar espaços de informalidade que estimulam a participação
- Partilha de experiências e informação sobre os conhecimentos e as técnicas utilizadas com a comunidade local onde se localiza a produção
- Grupos de consumo colaborativo, baseados na confiança e contrariando o anonimato
- Comunidades de suporte à agricultura

**Promoção e criação de ligações de proximidade** tanto para fins de partilha, como para gerar sustentação e difusão do projeto.

- Foco no desenvolvimento *"harmonioso e feliz"* e nas aprendizagens para favorecer a integração escolar
- Promoção de energia limpa em modelo cooperativo
- Carta de compromisso que integra vários pilares de sustentabilidade na ação organizacional
- Organizações comunitárias com integração de tarefas domésticas, de forma rotativa, para aumentar o tempo livre
- Formas jurídicas múltiplas para permitir a integração de várias estratégias financeiras
- Ultrapassar a dimensão assistencialista de projetos sociais com a adoção de modelos de sustentabilidade assentes na criação de produtos e serviços de qualidade

**Novas formas de responder a problemas sociais complexos.**

Abordagens e práticas que valorizam e aprofundam a **conexão com a natureza**, quer pelo seu valor terapêutico e de promoção de bem-estar, quer como princípio orientador da vida quotidiana

- Atividades de contemplação da natureza e de vivência do bem-estar que a ligação à mesma produz
- Calendários lunares e solares de trabalho
- Criação de sistemas próprios de água, de produção de energias renováveis e de construção como forma de experienciar diretamente a interdependência com a natureza e os seus recursos
- Hortas para consumo próprio em organizações e escolas como forma de cultivar essa ligação desde cedo

**EM SUMA:**

O grande contributo das Iniciativas de Experimentação SocioEcológica reside na proposta de **indissociabilidade** entre as necessárias soluções que fomentem o florescimento humano e a sua ligação e impacto sobre os sistemas ecológicos. Introduce, assim, novos elementos na ponderação das “necessidades socialmente prementes” com um enfoque na capacidade em responder de forma integral às mesmas.

Este contributo é convergente com algumas orientações emergentes no âmbito da inovação social que propõem uma maior atenção à ligação entre os sistemas socioeconómicos e os sistemas ecológicos. Subjacente está a noção de resiliência e de construção de uma governança ambiental que tem em conta as gerações futuras, ultrapassando as soluções rápidas (*quick-fixes*) que, embora possam resolver um problema no imediato, não têm a capacidade de alcançar as suas causas mais profundas.

O contributo que torna as Iniciativas de Experimentação SocioEcológica, que as torna inovadoras nos seus contextos locais de referência consiste na proposta de ideias e práticas e na geração de relações sociais e económicas distintas de outras mais convencionais existentes. As iniciativas mostram uma forte presença de finalidades sociais, o desenvolvimento de respostas para necessidades prementes, assentes em relações de cooperação e na procura de produção e deteção dos recursos (energia, alimentos e habitação, por exemplo) e na valorização e desenvolvimento de processos participativos.

Assim, a sua inovação assenta, fundamentalmente, nos processos e na geração de *empowerment*, ou seja, na criação de novas formas de organização, geradoras de novas relações ou colaborações benéficas para a sociedade. Estas iniciativas contribuem ativamente para a construção da **ação coletiva** nos seus territórios e detêm, assim, um **forte potencial de inovação**.





### 3. TRANSFERIBILIDADE E ESCALABILIDADE DAS INICIATIVAS

Uma das especificidades que distingue a inovação social de outros tipos de inovação é a finalidade basilar em criar soluções para problemas sociais. Se a inovação for transferível para outros contextos e tiver escalabilidade (*scaling-up*) poderá gerar mudanças sociais sistêmicas.

A transferibilidade e a escalabilidade constituem uma das fases do processo da inovação social que ocorre ao longo de vários estádios [11], os quais não são necessariamente sequenciais, pelo contrário, apresentam um carácter dinâmico e de retroalimentação.

*Apesar do uso cada vez mais comum, o conceito de scaling-up aplicado ao âmbito social é ainda pouco consensual e as suas fronteiras são difusas. Tem sido aplicado a diferentes práticas e estratégias como a disseminação (de uma nova técnica, protótipo ou processo inovador), o crescimento de um modelo ou organização e a transposição de uma iniciativa de pequena escala em serviços alargados ou políticas [12]. Não existem receitas lineares para gerir estes processos pois um desenvolvimento adequado a cada situação depende de vários fatores a ter em conta: dos contextos locais, de constrangimentos políticos, das estruturas de poder e de liderança, do tipo de envolvimento dos vários participantes e colaboradores, entre outros [13].*

No entanto, é possível identificar três tipos de escalabilidade associados a diferentes métodos de concretização, tal como apresentado no quadro 2:

**Quadro 2** – Tipos e métodos de escalabilidade da inovação  
(traduzido e adaptado de Cooley & Kohl, 2006, p.11-12).

	EXPANSÃO	REPLICAÇÃO	COLABORAÇÃO
Processo	Os promotores que desenvolveram e implementaram o protótipo do modelo original aumentam o foco das suas operações	Outras pessoas, organizações e o setor público apropriam-se e implementam o modelo de prestação de serviços, o processo ou a tecnologia	Abordagem intermédia entre a expansão e a replicação
Métodos	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Crescimento</li> <li>› Reestruturação ou descentralização</li> <li>› <i>Franchising</i></li> <li>› <i>Spin-Off</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Integração em políticas</li> <li>› <i>Grafting</i></li> <li>› Difusão e <i>Spill over</i></li> <li>› Mass media</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Parcerias formais, alianças estratégicas e empreendimentos conjuntos</li> <li>› Redes e ligações</li> </ul>

### 3.1. Estas iniciativas têm condições de escala ou de transferibilidade?

No âmbito do projeto CATALISE, a grande maioria das iniciativas estudadas considera que os seus projetos são transferíveis ou replicáveis, considerando que as suas experiências podem ser úteis para outros, sendo frequente a partilha de informação relativa aos seus processos de desenvolvimento e práticas com outras iniciativas e/ou nas redes que integram. Existem algumas iniciativas com experiência de expansão, sendo os processos mais comumente utilizados a replicação e a colaboração. De uma forma geral, as iniciativas realçam como princípios mais relevantes nos seus processos de transferência:

**Quadro 3** – Princípios mais relevantes nos processos de transferência das iniciativas.

- › Conhecer e ter em conta as **características específicas** de cada contexto para aplicar de forma adequada as devidas **adaptações** – cada contexto é único;
- › Sistematizar e **partilhar** experiências, conhecimentos e boas práticas através de oficinas, consultoria, grupos de discussão e eventos de debate;
- › Grande potencial das **redes on-line** na facilitação da partilha;
- › Envolver e aprofundar relações de parceria com outras entidades, de modo a **otimizar sinergias e recursos**, ou de suportar soluções locais de sucesso já existentes;
- › O sucesso da replicação dependerá da capacidade da iniciativa em integrar-se no tecido social da comunidade e do resultante grau de **apropriação** do projeto pela comunidade.

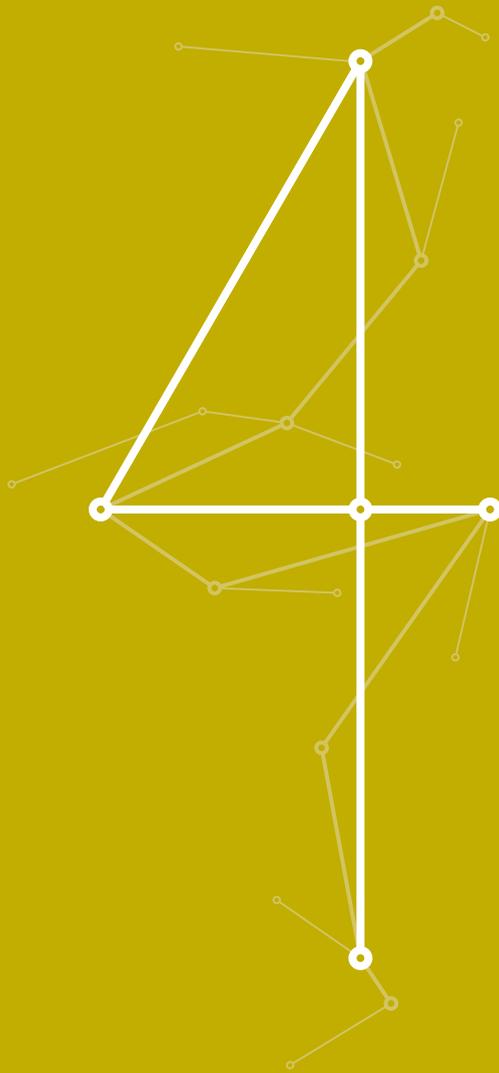
As parcerias, quer formais, quer informais, tanto para convergência de recursos como para desenvolvimento de projetos conjuntos, e a integração e utilização de redes para efeitos de difusão dos projetos, são as formas mais comuns de transferência das iniciativas. Isto é visível nos objetivos, transversais a todas as iniciativas, de promover relações humanas entre coletivos e entre indivíduos, bem como novas alianças baseadas na proximidade e na confiança, que permitam gerar um tecido social mais forte.

É frequente também a procura de soluções e arranjos formais que melhor permitam concretizar a missão das iniciativas em responder a problemas sociais complexos e, simultaneamente, construir condições de sustentabilidade. Este é o caso de algumas iniciativas com múltiplos estatutos formais (associação, empresa, IPSS, fundação, cooperativa).

#### EM SUMA:

Para a maioria das iniciativas, a importância da transferência reside na ênfase atribuída à **dimensão coletiva de aprendizagem**, partilha e transferência de conhecimentos e experiências, mais do que no desenvolvimento e crescimento de um modelo aplicável de forma linear noutros contextos.

A **criatividade**, individual e coletiva, gerada nas interações entre pares em espaços de aprendizagem social, tem um papel fundamental na capacidade das iniciativas construírem soluções para os desafios a que se propõem responder. Neste sentido, é essencial admitir novas formas de produção de conhecimento útil a integrar na construção de soluções.



## 4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES

### 4.1. Que desafios são sentidos por estas iniciativas?

As iniciativas reconhecem e destacam algumas áreas onde sentem ser necessário investir mais tempo, energia e recursos, de modo a alcançar maior efetividade nas suas ações. De um modo geral, a grande maioria declara desejar alcançar uma maior sustentabilidade financeira, económica e humana do projeto, implementar novos projetos e/ou consolidar outros já existentes, expandir para outros meios e outras escalas de ação, constituir-se como uma referência na área de intervenção em que operam e alcançar maior integração no trabalho em rede. De igual modo, alcançar resultados de tal forma que possam gerar impacto nos seus contextos de intervenção, sendo uma das vias mais importantes e apontadas a melhoria da organização interna. Algumas iniciativas declaram estar atualmente a repensar a sua missão e respetiva visão, outras indicam desejar adquirir mais visibilidade junto da comunidade e o envolvimento da mesma na iniciativa, assim como uma maior integração e atividade na economia local.

**Quadro 4** – Principais desafios sentidos pelas iniciativas.

ÁREA	DESAFIO ESPECÍFICO
<b>Autonomia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Desenvolver projetos autónomos que permitam ultrapassar relações de dependência constrangedoras (com entidades financiadoras ou promotoras)</li> <li>› Aproveitar os apoios ao emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional, e outros, para alcançar ou reforçar a profissionalização das iniciativas</li> <li>› Realizar planeamento estratégico que articule várias fontes de financiamento incluindo a criação de negócios éticos com produtos e serviços próprios</li> <li>› Incorporar os custos formativos, ambientais e sociais na distribuição do retorno de produtos ou serviços próprios criados</li> </ul>
<b>Avaliação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Desenvolver a avaliação interna e medir, de forma integrada, resultados e impactos da ação para melhorar a capacidade em iniciar novas parcerias e projetos</li> <li>› Avaliar de forma realista os recursos disponíveis e a capacidade de trabalho concreta dos membros para adequar a ação estratégica em função dessa capacidade, de forma a evitar esgotamento (<i>burnout</i>)</li> </ul>

ÁREA	DESAFIO ESPECÍFICO
<b>Comunicação e Organização interna</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Adquirir conhecimentos sobre planeamento estratégico</li> <li>› Elaborar carta de princípios a usar como matriz orientadora da ação</li> <li>› Adquirir ferramentas e estratégias de comunicação adequadas</li> <li>› Melhorar comunicação externa para ganhar visibilidade junto de possíveis financiadores e parceiros</li> <li>› Experimentar novas formas de tomada de decisão e de organização interna</li> <li>› Associar os processos de organização interna à integração de novas formas de economia entre os membros</li> </ul>
<b>Conhecimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Atualizar conhecimentos e aprender sobre novas áreas</li> <li>› Transmitir de forma eficaz o conhecimento já acumulado para facilitar a criação de parcerias e a mobilização da participação, frequentemente reduzidas devido à invisibilidade de informação sobre o potencial das inovações</li> <li>› Promover ligações bilaterais com a Academia gerando fluxos de aprendizagem, de ideias, metodologias e ferramentas, por exemplo, através do desenvolvimento de projetos de investigação-ação</li> </ul>
<b>Financiamentos, Apoios e Recursos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Adquirir maior formação sobre gestão financeira de projetos</li> <li>› Desenvolver parcerias com entidades governamentais de modo a ter acesso a ferramentas de financiamentos e outros apoios</li> <li>› Utilizar fontes privadas de financiamento como os contratos de mútuo com privados ou recorrer a investidores sociais através de redes europeias</li> <li>› Incorporar recursos humanos por via do Serviço Europeu de Voluntariado, e outros programas, que permitam gerar oportunidades de aprendizagem e alocar recursos humanos</li> </ul>
<b>Integração Local</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Investir na aculturação dos membros junto das comunidades locais</li> <li>› Aumentar a capacidade de abertura em integrar a participação da população</li> <li>› Intensificar a participação na governança local, quer a nível social, quer político</li> <li>› Formalizar a ação de forma a potenciar o alcance alargado dos resultados</li> </ul>
<b>Participação política</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Integrar dimensão política é fundamental para garantir mudanças efetivas</li> <li>› Maior organização coletiva em redes para fortalecer o reconhecimento das iniciativas enquanto agentes de mudança</li> <li>› Reforçar as relações de cooperação e promover o tecido associativo para gerar um reforço da escala que acelere a construção de um novo paradigma funcional, que dá resposta às necessidades das pessoas</li> </ul>

**EM SUMA:**

As iniciativas reconhecem a necessidade em investir nos processos de consolidação da sua missão e ação e na criação de condições de sustentação a longo-prazo que permitam gerar mudanças mais profundas nos seus contextos de intervenção. Os desafios apresentados correspondem a diferentes fases do processo de inovação, o que reflete a diversidade de percursos e de perfis destas iniciativas, e a não-linearidade dos processos de experimentação.

**4.2. E que oportunidades existem?**

Atualmente existem diversas medidas de política que pretendem promover o desenvolvimento dos territórios e que constituem possíveis janelas de participação na governança local por parte das organizações locais. Algumas medidas são de base municipal e outras de âmbito regional ou nacional, com frequência integradas em medidas europeias. Existe também um conjunto crescente de agentes privados, sobretudo na área da inovação e empreendedorismo social, de apoio à criação e desenvolvimento de projetos, como é o caso do Microcrédito e das Fundações. A listagem agora apresentada não é exaustiva, nem representativa da quantidade e diversidade efectivamente existente de apoios.

**Quadro 5 – Medidas de política de apoio ao desenvolvimento local em Portugal.**

ÂMBITO DA GESTÃO DA MEDIDA	MEDIDA	ENTIDADE GESTORA DA MEDIDA
<b>MUNICIPAL</b>	Programa Rede Social > Comissões Sociais de Freguesia	Autarquias > Juntas de Freguesia
	Orçamento Participativo	
	Concursos municipais de apoio ao associativismo	Autarquias
<b>REGIONAL</b>	Grupos de Ação Local (GAL)	Acordos de parceria entre as organizações privadas e da sociedade civil e instituições de poder local
	Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	Segurança Social
	Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)	Acordos de parceria entre as organizações privadas e da sociedade civil e instituições de poder local
<b>NACIONAL</b>	Portugal 2020	Comissão Interministerial de Coordenação do Governo Português

Outras oportunidades podem ser encontradas em redes ou plataformas temáticas, quer de âmbito local, regional ou nacional, enquanto espaços de partilha e troca de experiências, de convergência de recursos, de mobilização e promoção da ação colectiva. A listagem agora apresentada não é exaustiva, nem representativa da quantidade e diversidade efectivamente existente.

**Quadro 6 – Redes/plataformas temáticas.**

**QUE REDES LOCAIS EXISTEM NO SEU CONCELHO OU REGIÃO?  
QUE OUTRAS ORGANIZAÇÕES, ASSOCIAÇÕES E GRUPOS EXISTEM NA SUA LOCALIDADE?**

ANIMAR – Associação Portuguesa de Desenvolvimento Local

› Redes Colaborativas de Produção e Emprego Local

› ANIMAR.COM – Agência de Inovação da Rede Animar para a Economia Social

Rede Portuguesa de Economia Solidária

Fórum Cidadania e Território

Rede Convergir

Transição Portugal

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)

Rede de Autarquias Participativas

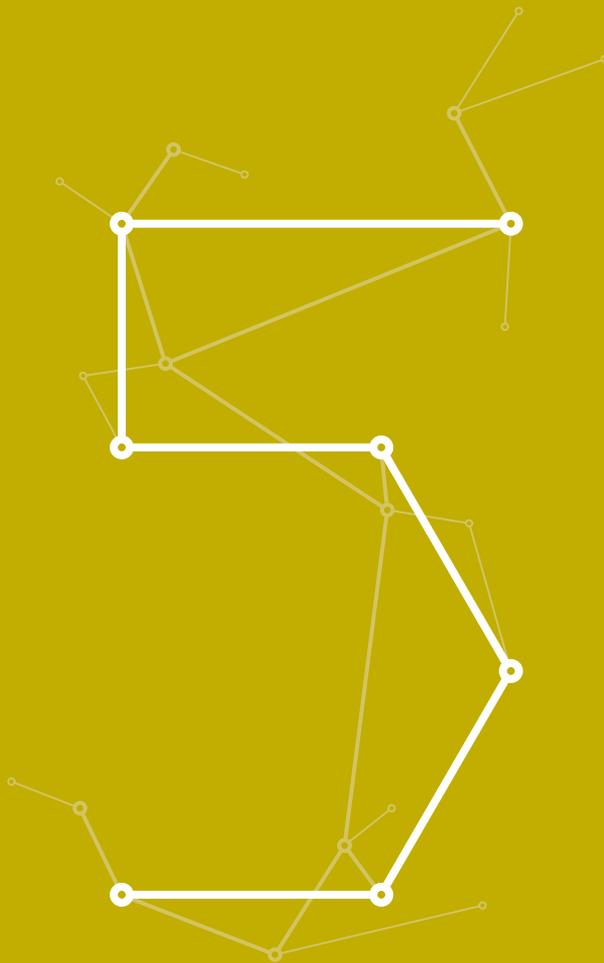
Federação Nacional de Associações Juvenis

Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social

Rede das agências do Banco de Tempo

---





## 5. OBSTÁCULOS E DIFICULDADES

Com frequência, a geração de inovações advém de situações de tensão ou mesmo até de rutura com a realidade existente e são fortemente condicionadas pelo contexto socioeconómico em que emergem. Todavia, nada ocorre no vazio, e a capacidade em gerar mudanças necessita sempre de janelas de diálogo.

*Conhecer os fatores que impedem a expressão plena do potencial de ação coletiva e de experimentação de respostas inovadoras dos agentes do território é fundamental, de modo a desenhar estratégias de intervenção e medidas de apoio aos mesmos, assim como alterar quadros normativos, regulamentares e interventivos, e culturas institucionais. As dificuldades (condicionantes de origem endógena) e os obstáculos (condicionantes de origem exógena), que as iniciativas enfrentam são fatores que frequentemente se alimentam mutuamente.*

*“Todo o movimento ocorre mesmo enquanto está a ser inibido. O processo de mudança é a interação inevitável entre as forças que produzem inovação e crescimento e as forças de conservação e estabilidade”*

Humberto Maturana

### 5.1. Que forças externas inibem ou condicionam a ação destas iniciativas?

De uma forma geral, as iniciativas destacam obstáculos que tornam visíveis omissões ou contradições existentes na lei, no funcionamento das instituições e entidades públicas e também fatores culturais dos contextos que integram e que limitam a sua capacidade de ação:

**Quadro 7 – Principais obstáculos sentidos pelas iniciativas.**

ÁREA	OBSTÁCULO ESPECÍFICO
<b>Burocracia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Distância entre entidades governamentais e a realidade do terreno gera medidas desadequadas</li> <li>› Atuação centralista de entidades governamentais limita capacidade de participação da iniciativa em projetos alargados de governança</li> <li>› Morosidade das instituições em diligenciar respostas aos pedidos das iniciativas (reuniões, acesso a documentos) gera impasses no desenvolvimento dos projetos</li> <li>› Ausência de comunicação interna eficaz entre diferentes departamentos da mesma instituição gera dificuldade em agilizar a mobilização de recursos, especialmente penoso em projetos que operam em diversas dimensões simultâneas</li> <li>› A excessiva normalização de procedimentos torna-se pesada e condiciona a ação</li> </ul>
<b>Cultura/Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Cultura fechada da população local dificulta integração da iniciativa na localidade (para os casos de iniciativas formadas por membros não nascidos na localidade)</li> <li>› Cultura instalada de assistencialismo, tanto das organizações, como das pessoas a quem estas são dirigidas, torna difícil construir uma cultura de participação</li> <li>› Resistência à mudança condiciona processos de experimentação</li> <li>› Hábitos culturais condicionam a integração de novos comportamentos com menor impacto ecológico e económico</li> <li>› Dinâmicas pouco transparentes de clientelismo entre organizações da sociedade civil e grupos políticos locais geram constrangimentos entre entidade promotora da iniciativa e as pessoas que estão no terreno</li> </ul>
<b>Educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Sistema educativo desadequado não cultiva hábitos de participação, o que restringe o desenvolvimento de uma cultura de participação ativa e de autonomia dos cidadãos</li> </ul>

*continua*



ÁREA	OBSTÁCULO ESPECÍFICO
<p><b>Legislação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Inexistência de leis de promoção e proteção de boas práticas conduz à desvalorização e invisibilidade do trabalho da iniciativa, gerando desmotivação</li> <li>› Incapacidade económica de produtores e artesãos em obter licenças, ou de aceder e usar a informação, limita possibilidades de expansão de atividades</li> <li>› Regras associadas à formalização das iniciativas, entre as quais, a exigência de contabilidade organizada, geram constrangimentos internos e limitam o funcionamento mais orgânico das iniciativas</li> <li>› Licenciamento de projetos de construção condicionados por exclusão de técnicas e materiais naturais nos regulamentos</li> <li>› Inspeções de entidades regulamentares são realizadas com experiência de contacto com a realidade do terreno reduzida ou nula, e sem referência a um planeamento estratégico de desenvolvimento local</li> <li>› Ausência de um estatuto legal específico para projetos sociais com características empresariais impossibilita enquadramento em programas de apoio a projetos sociais e, ao mesmo tempo, porque não têm as condições de uma empresa regular, ficam em situação de desvantagem no mercado</li> </ul>
<p><b>Programas de financiamento e outros apoios</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Relações de poder e dependência de entidades financiadoras geram bloqueios no desenvolvimento de projetos</li> <li>› Processos de avaliação e monitorização financeira são administrativamente pesados: geram sobrecarga e ocupam demasiado tempo às iniciativas</li> <li>› Procedimentos de faturação impedem reutilização de recursos materiais, obrigando à compra de artigos novos</li> <li>› Programas de financiamento público não permitem possibilidade em fazer pagamentos aos participantes (quando se pretende que estes deixem de ter apenas a condição de beneficiários) o que traz dificuldades em criar adesão de longo-prazo aos projetos</li> <li>› Menor diversidade de financiamentos para desenvolvimento local em contextos que apesar de apresentarem melhores indicadores sociais do que outros territórios considerados vulneráveis, carecem de dinamização comunitária</li> <li>› Desinvestimento político traduzido na descontinuidade de serviços públicos e outras infraestruturas em territórios vulneráveis dificulta a concretização de projetos participativos e desmotiva a população, limitando a capacidade em gerar sustentabilidade local</li> </ul>

## 5.2. Que forças internas limitam as iniciativas?

As iniciativas apontam várias dificuldades relacionadas com a sua organização interna e limitações na capacidade em responder ao impacto dos obstáculos que encontram:

**Quadro 8** – Principais dificuldades sentidas pelas iniciativas.

ÁREA	DIFICULDADES ESPECÍFICAS
<b>Recursos humanos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Número insuficiente de participantes ativos de forma contínua gera sobrecarga e limita o desenvolvimento organizacional e a expansão dos projetos</li> <li>› Situações de desemprego e outras dificuldades económicas dos membros e participantes geram limitações que constroem a capacidade quotidiana de participação</li> <li>› Emigração de participantes conduz ao fim de iniciativas</li> <li>› Hábitos quotidianos enraizados dificultam a mudança de comportamentos individuais</li> <li>› Desenvolver dinâmicas internas que permitam a liderança rotativa, evitando a concentração, e dependência, dos projetos num só líder</li> </ul>
<b>Recursos financeiros e outros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Falta de tempo e de recursos financeiros limita expansão do campo de ação para outras áreas consideradas importantes para a iniciativa</li> <li>› Falta de conhecimentos específicos e ferramentas para aceder a financiamentos</li> </ul>
<b>Processos internos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Ausência de processos consensuais de avaliação interna condiciona o desenvolvimento e consolidação de estratégias de ação adequadas</li> <li>› Falta de recursos para sistematizar informação limita possibilidades de disseminação</li> </ul>

### 5.3. E quais são os constrangimentos dos parceiros das iniciativas?

Por sua vez, na perspetiva dos parceiros das iniciativas, são apontados constrangimentos no que toca à sua capacidade em apoiar as iniciativas. Indicam também fatores das próprias iniciativas que consideram ser pontos a melhorar:

**Quadro 9** – Principais constrangimentos sentidos pelos parceiros das iniciativas.

ÁREA	CONSTRANGIMENTOS ESPECÍFICOS
<b>Burocracia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Pesado funcionamento burocrático das instituições cria grandes dificuldades na mobilização de recursos</li> </ul>
<b>Políticas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Desfasamento entre o conhecimento do terreno por parte dos técnicos dos serviços e as decisões políticas de superiores hierárquicos</li> <li>› Descontinuidade de medidas implementadas devido à mudança dos mandatos políticos limita o desenvolvimento de estratégias de ação de longo-prazo</li> </ul>
<b>Recursos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Recursos humanos e financeiros insuficientes para responder adequadamente, ou de todo, às requisições e necessidades locais</li> <li>› Restrições orçamentais governamentais constroem capacidade de apoio</li> <li>› Necessidade das iniciativas demonstrarem capacidade de sustentação económica e de resultados para justificar a mobilização de apoios</li> <li>› Lógica dos mercados globais condiciona capacidade em desenvolver alternativas económicas locais de pequena escala que sejam competitivas</li> </ul>
<b>Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Baixa cultura de participação dos cidadãos ou grande número de iniciativas associativas ao nível cultural e recreativo mas fraca capacidade dos agentes económicos locais em se organizarem coletivamente</li> </ul>



## 6. RECOMENDAÇÕES SOCIAIS E DE POLÍTICA

As Iniciativas de Experimentação SocioEcológica indicam, a partir da sua experiência direta do terreno, um conjunto de recomendações, algumas gerais outras mais específicas, que apontam soluções para as dificuldades e obstáculos apresentados anteriormente, sobretudo dirigidas a instituições e entidades públicas e à sua cultura de administração e funcionamento. As recomendações apontam diferentes escalas do território e diferentes áreas de intervenção, mas, de uma forma geral, salientam a urgência em ultrapassar os fatores que inibem ou bloqueiam a organização da ação coletiva e o desenvolvimento de processos de experimentação e de implementação de soluções.

*Em geral, as recomendações sublinham a necessidade de criar, aprofundar e consolidar relações de maior cooperação, colaboração e participação entre os vários atores e agentes locais dos territórios. Por outro lado, ativar recursos e estruturas sociais e políticas já existentes que suportem a ação colaborativa e o desenvolvimento de espaços de aprendizagem e experimentação. A grande maioria das recomendações apresentadas promovem uma inversão das lógicas de governação top-down para uma governança bottom-up.*

**Quadro 10 – Quadro de recomendações por áreas temáticas.****1) AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO**

- 1.1) Criar e/ou apoiar projetos de agricultura de proximidade já existentes, nomeadamente mercados e circuitos curtos de comercialização que constituam uma alternativa aos grandes circuitos de produção e distribuição e que permitam criar espaços de consumo local
- 1.2) Apoiar o desenvolvimento de formas participativas de certificação da produção agrícola
- 1.3) Integrar princípios de Agroecologia e Soberania Alimentar em políticas de desenvolvimento local e regional, promovendo a atividade agrícola nacional
- 1.4) Permitir o aproveitamento de excedentes alimentares de forma mais alargada
- 1.5) Criar e disseminar campanhas alargadas de informação sobre os benefícios de regimes alimentares saudáveis, de base orgânica ou biológica, e respetivas vantagens ambientais
- 1.6) Apoiar mais projetos dedicados à preservação do património genético autóctone nacional
- 1.7) Desregulamentar a proibição de troca de variedades não registadas no catálogo nacional
- 1.8) Desregulamentar a atual obrigatoriedade de registo de variedades tradicionais de sementes
- 1.9) Aplicar a proibição de cultivo e comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) à semelhança de outros países europeus e de outros continentes

**2) AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS**

- 2.1) Criar e implementar mecanismos de promoção e proteção de boas práticas ao nível da regeneração dos solos e da água
- 2.2) Criar instrumentos legais que permitam encerrar atividades industriais nocivas de forma mais célere e diferenciar o valor das coimas aplicadas em função do nível de lucros das empresas
- 2.3) Criar práticas de consultas públicas para a política energética, atualmente inexistentes
- 2.4) Criar estratégias públicas locais para as energias renováveis, atualmente inexistentes
- 2.5) Adaptar licenciamentos para as situações em que existem soluções de energias renováveis de produção própria, e que atualmente obrigam a um parecer da EDP
- 2.6) Reduzir barreiras legais na produção e comercialização de eletricidade a partir de energias renováveis, pois atualmente existem demasiadas barreiras

**3) ASSOCIATIVISMO**

- 3.1) Alargar a possibilidade de iniciativas sem formalização legal poderem constituir pessoas coletivas sem personalidade jurídica (à semelhança das associações juvenis), permitindo que estas possam candidatar-se a concursos específicos para a atribuição de apoios para projetos de reconhecido valor social, sem que tal obrigue à sua formalização legal na figura jurídica de pessoa coletiva, pública ou privada
- 3.2) Criar balcões públicos de apoio contabilístico e jurídico às iniciativas, nomeadamente, sobre legislação laboral, registo das pessoas coletivas e procedimentos administrativos associados às mesmas
- 3.3) Alargar os atuais benefícios previstos no Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, desenvolvendo benefícios para pessoas ativamente envolvidas em projetos associativos reconhecidos como meritórios e de valor para as comunidades que integram: redução do nº de horas de trabalho e maior flexibilidade nos procedimentos obrigatórios de procura de emprego
- 3.4) Simplificar as atuais condições de contabilidade organizada permitindo que as iniciativas consigam desenvolver um funcionamento mais orgânico e adequado às suas especificidades
- 3.5) Partilhar recursos públicos de comunicação para divulgar o trabalho das iniciativas

#### 4) ECONOMIA LOCAL

- 4.1) Explorar o potencial das moedas sociais de modo a fomentar a criação de iniciativas económicas locais, como os mercados e feiras, promovendo assim a economia local e o desenvolvimento dos territórios
- 4.2) Criar a possibilidade de parte dos salários dos funcionários públicos ser paga em moeda local
- 4.3) Recuperar e atualizar a figura das empresas de inserção, de modo a gerar condições de emprego protegido para populações mais vulneráveis, associado a melhores condições de sustentação da iniciativa

#### 5) EDUCAÇÃO

- 5.1) Experimentar e implementar métodos pedagógicos alternativos, atendendo a experiências de outros países, por parte do Ministério da Educação e dos Agrupamentos de Escolas
- 5.2) Permitir autonomia pedagógica e curricular das escolas portuguesas, atualmente inexistente
- 5.3) Investir em conteúdos e métodos pedagógicos que fomentem cultura de participação desde cedo nas escolas, de modo a promover o desenvolvimento do tecido associativo no futuro
- 5.4) Otimizar os recursos pedagógicos escolares através da criação de bancos de livros escolares por parte das instituições de poder local
- 5.5) Organizar e elaborar os livros escolares por capítulos, no caso de ser necessário mudar algum conteúdo troca-se apenas o capítulo e não o livro todo

#### 6) FINANCIAMENTOS E FISCALIDADE

- 6.1) Desburocratizar programas de financiamento de apoio a organizações sem fins lucrativos
- 6.2) Criar programas de financiamento público para projetos de desenvolvimento local que não estejam classificados como territórios socialmente vulneráveis
- 6.3) Apoiar o desenvolvimento e a diversificação de produtos de financiamento colaborativo e ético
- 6.4) Reduzir a atual elevada carga fiscal aplicada aos mutuantes dos Contratos de Mútuo
- 6.5) Reduzir a carga fiscal sobre as cooperativas, que atualmente é igual à aplicada a empresas
- 6.6) Criar isenções para iniciativas sem fins lucrativos, como por exemplo, nas taxas de manutenção de conta bancária

*continua*



## 7) DESENVOLVIMENTO LOCAL E GOVERNANÇA

- 7.1) Ampliar e aprofundar o potencial de intervenção das estruturas de promoção de desenvolvimento local existentes como a Rede Social, Conselhos Locais de Ação Social e Comissões Sociais de Freguesia, atualmente subaproveitadas
- 7.2) Trabalhar a intervenção comunitária de forma estratégica e prospetiva e não de forma casuística, com um plano estratégico definido e participado pelas organizações e populações locais, através da criação de um núcleo dedicado ao desenvolvimento local nas Juntas de Freguesia por via das Comissões Sociais de Freguesia
- 7.3) Aprofundar e efetivar a articulação entre as diferentes redes locais presentes nos territórios
- 7.4) Criar e implementar, de modo consistente e contínuo, mecanismos integrados de participação das populações em estratégias locais concertadas, invertendo processos de governação *top-down* para outros *bottom-up* que facilitem o envolvimento de atores coletivos no processo legislativo
- 7.5) Gerar relações de maior colaboração em prol do desenvolvimento local através da criação de políticas de carácter pedagógico, em vez de práticas maioritariamente punitivas por parte das entidades reguladoras como as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

## 8) CULTURA E FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E ENTIDADES PÚBLICAS

- 8.1) Alterar a cultura centralista das instituições e entidades públicas de modo a possibilitar que as iniciativas tenham maior influência na tomada de decisão sobre projetos territoriais
- 8.2) Garantir que a atribuição de apoios e a qualidade das relações estabelecidas com as instituições e entidades públicas é baseada numa estratégia organizacional coerente de apoio às iniciativas, em vez de depender do perfil individual, mais ou menos carismático, dos técnicos ou líderes políticos
- 8.3) Analisar projetos submetidos para licenciamento caso a caso em vez de uma análise estandardizada por parte das Autarquias e outras entidades reguladoras
- 8.4) Rever os processos de licenciamento de forma a reduzir a burocracia, simplificar e clarificar a informação e procedimentos necessários
- 8.5) Aplicar a utilização de *software* livre na administração pública, tornando a infraestrutura informática pública mais resiliente a longo-prazo

## 9) URBANISMO

- 9.1) Garantir maior participação da população em decisões de urbanismo investindo mais tempo na qualidade dos processos de consulta pública
  - 9.2) Integrar maior diversidade de materiais e técnicas permitidas nos processos de licenciamento urbanístico de modo a fomentar o desenvolvimento de formas de construção natural, atualmente esta omissão gera penalizações desadequadas
  - 9.3) Atender com abertura pedidos de licenciamento de novas eco aldeias, enquanto elementos de dinamização territorial ecologicamente responsável em zonas com reduzida atividade socioeconómica
-

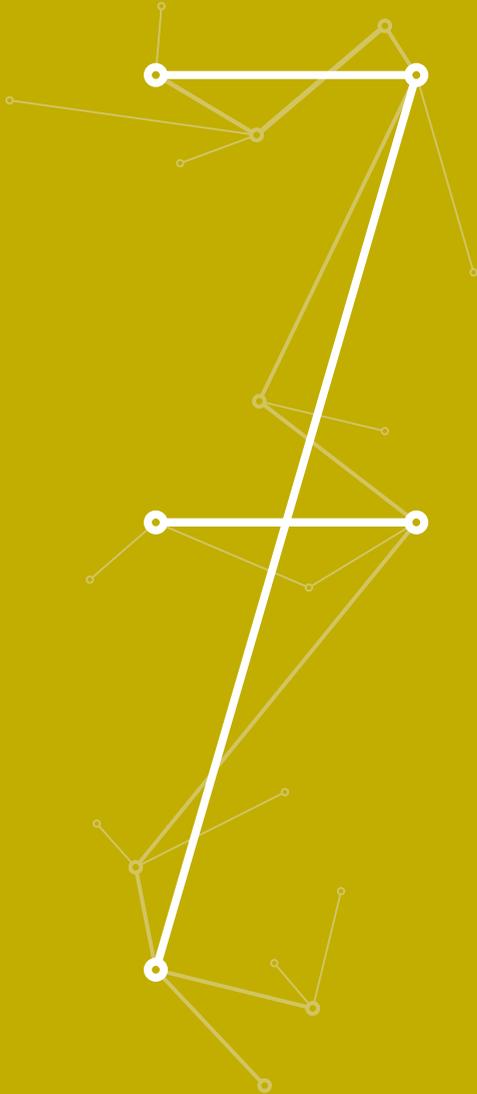
**EM SUMA:**

Grande parte das recomendações propõe regulamentar, reforçar ou atualizar legislação das áreas específicas em que trabalham, e, de forma mais geral, outras são de apoio à participação. Em maior número são propostas medidas positivas de **apoio à construção de mecanismos que facilitem e estimulem a participação dos cidadãos na ação coletiva**, seguidas da criação de estratégias concertadas e coerentes para o **desenvolvimento dos territórios**. Existem também propostas para gerar um peso coercivo mais eficaz em situações de crime ambiental ou na proibição de práticas consideradas nefastas para a saúde humana, por exemplo.

São sugeridas propostas de apoio às iniciativas: quer na promoção e apoio ao **desenvolvimento de boas práticas**, quer na criação de condições que facilitem a participação dos membros das iniciativas e um crescimento mais orgânico das mesmas.

São sugeridos princípios, conceitos ou práticas a implementar nas medidas ou nas estratégias políticas, quer para efeitos de **maior otimização de recursos**, quer para **aprofundar as relações de parceria** com as instituições. É também recomendado aprofundar, alargar ou recuperar medidas existentes ou mesmo até já extintas, nos casos em que existe reconhecimento do seu valor.

De um modo geral, as recomendações propostas implicam **ensaiai novos arranjos jurídicos** que permitam enquadrar a diversidade de circunstâncias e os desafios que a intervenção integrada exige.



## 7. EXPERIMENTAÇÃO DE BASE SOCIO-ECOLÓGICA: NOVOS CAMINHOS PARA A PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E INTEGRAL

### 7.1. Repensar modelos organizativos e alterar culturas institucionais...

A grande parte das recomendações apresentadas pelas iniciativas no quadro 10 revela a persistência de uma cultura das instituições e entidades públicas, marcadamente centralista e um perfil resistente à interação e ao diálogo com a população. Este diagnóstico não é novo e vai ao encontro das conclusões de outros estudos e projetos realizados nos últimos 15 anos, **apontando a necessidade de modernização da administração pública, de reorganização das instituições e de repensar as respetivas estratégias de intervenção junto das comunidades locais.** Tal readequação deve ser feita com base em estratégias que permitam contrariar o ciclo vicioso de desmobilização cívica e política, o distanciamento e a falta de confiança entre a atividade política, as autoridades públicas e os cidadãos portugueses, quadro cultural em muito devido à história recente de opressão social, cultural e política no país.

Em algumas iniciativas estudadas pelo CATALISE verificou-se que, com frequência, a postura de apoio e estímulo à ação das iniciativas por parte das instituições públicas não emerge de um quadro estratégico institucional fundamentado numa visão para o território, mas sim da postura carismática de alguns líderes políticos ou de técnicos das instituições que reconhecem o potencial das propostas feitas pelas iniciativas. Este dado demonstra que **o desafio do desenvolvimento sustentável, integrado e efetivo, deve ser colocado em primeiro plano, a par de outras prioridades políticas, sociais e económicas, que permitam apoiar a emergência da ação coletiva local e estimular a sua eficácia e eficiência.**

Alguns autores falam na importância das “redes ocultas” (*shadow networks*) como fontes essenciais para conseguir gerar as ruturas necessárias com os fluxos de *feedback* de informação e de ação política e económica (*path dependence*). A necessidade visível em repensar um número considerável de leis, regulamentos, estatutos formais ou omissões legislativas, como se vê no quadro 10, é um indício de que existe uma realidade no terreno que reclama por essa viragem.

## 7.2. Reavaliar quadros legislativos...

Para além da transformação da cultura organizacional das instituições, é também fundamental a reavaliação de determinados quadros legislativos, nomeadamente os apresentados no quadro 10. Tradicionalmente, os processos de influência e de negociação da lei para alteração de quadros regulamentares são processos de participação pública desenvolvidos por um número reduzido de pessoas e grupos. Pelo contrário, inúmeros fatores sociais, económicos, culturais e políticos, podem inibir largas camadas da população em se envolverem em tais processos. Neste sentido, urge desenvolver formas (e apoiar as já existentes) que permitam a participação alargada e continuada dos cidadãos como garantia da melhor aplicação da lei e antecipação de possíveis maus efeitos, tendo em conta a diversidade dos atores interessados.

Tal readequação deve ser igualmente ponderada no sentido de cativar e responder ao emergente perfil das gerações mais novas, na generalidade, mais instruídas, com domínio de ferramentas que facilmente permitem aceder e fazer uso de informação e que revelam níveis mais elevados de reflexão e de preocupação com o meio ambiente e outras questões ligadas com o desenvolvimento. Por outro lado, são visíveis os sinais de envolvimento sob outras formas de participação informal (debates, petições, assembleias populares, entre outros) que demonstram um novo potencial de participação ativa.

Porém, o aprofundamento desta mudança emergente depende fortemente do investimento em políticas educativas e de formação consistentes e contínuas que visem a promoção de uma cultura cívica mais participativa, assim como o desenvolvimento de medidas que estimulem e suportem essa participação: não só na auscultação dos cidadãos em momentos-chave, mas também na prestação de contas sobre os resultados e avaliações das medidas implementadas.

## 7.3. Resgatar experiências e conhecimentos já adquiridos...

Algumas das recomendações recolhidas no âmbito do CATALISE vêm resgatar e reforçar aprendizagens feitas no âmbito de outros projetos. Existem experiências desenvolvidas, quer no terreno da ação local, quer no âmbito de projetos académicos (ou mistos) que importa conhecer, assim como reter as aprendizagens aí alcançadas.

É o caso do projeto “EQUAL – de igual para igual” [1] que, no âmbito de uma comunidade de prática, propôs estratégias de intervenção e a criação de condições favoráveis à experimentação, com o objetivo de promover a geração da iniciativa local e o aperfeiçoamento de respostas já existentes em prol da “animação territorial”. Este projeto elencou também aprendizagens úteis, passíveis de enformar políticas sociais, por exemplo, mas cujo nível de incorporação em medidas posteriores de política ao nível do planeamento territorial, e respetivo impacto, é desconhecido.

Um outro exemplo é a Agenda21 [14], lançada com a finalidade de aproximar autoridades locais e comunidades em torno da cooperação e participação para a construção de uma estratégia de desenvolvimento local sustentável. Implicava a geração de mudanças na governança

e administração pública, uma maior interação participativa com a população e a promoção da discussão públicas dos problemas das comunidades. No entanto, o número de iniciativas criadas em Portugal foi reduzido, tal como os recursos e esforços públicos necessários para criar condições favoráveis à implementação plena da medida, e desconhecem-se os impactos da mesma nos territórios em que foi realizada.

**A descontinuidade das medidas é, assim, uma das grandes forças de bloqueio à continuidade e aprofundamento da aprendizagem e da ação reflexiva, necessárias à capacidade fundamental de responder aos problemas sociais complexos com que a sociedade portuguesa se depara atualmente.**

#### 7.4. Catalisar a mudança: criar condições de apoio à experimentação socioecológica...

Atendendo à premissa dos atuais problemas sociais complexos e que a dimensão ecológica constitui um eixo de crescente importância, tanto no campo da prática, como no campo teórico do conhecimento, urge criar e diversificar condições políticas e outras de suporte à experimentação socioeconómica local de base ecológica.

À semelhança do que tem sido analisado noutros projetos europeus [15], tal apoio deve salvaguardar as especificidades, identidades e percursos das iniciativas, na medida em que a sua construção e moldagem é um forte resultado dos arranjos entre as motivações dos seus participantes, o reconhecimento partilhado das necessidades e a mobilização conjunta de esforços para lhes dar resposta, o que se traduz num grande potencial em responder de forma satisfatória às necessidades em questão. **Portanto, respeitar as formas de ação coletiva que emergem e gerar condições que apoiem a sua evolução, mas também que estimulem a sua eficácia e eficiência por referência a um quadro maior, e partilhado, de desenvolvimento.**

Num país onde o associativismo ligado à área ambiental é reduzido, estas experiências das Iniciativas de Experimentação SocioEconómica permitem constatar a abertura de uma janela de mobilização cidadã: um movimento crescente de iniciativas que, com novas ou renovadas lógicas de ação e de princípios, se posicionam ativamente perante os desafios atuais dos territórios em que vivem. A não dissociação destas iniciativas, e do seu potencial, do movimento global da sociedade, ou seja, o incremento e a potenciação de diferentes níveis de democracia participativa, conduzindo a uma nova forma de perceber e valorizar o papel dos cidadãos, poderá gerar impactos positivos em termos de desenvolvimento local integral.

#### 7.5. Valorizar outras formas de construção do conhecimento...

As iniciativas admitem a necessidade em responder ao desafio de concretizar mais interação entre iniciativas e com outros agentes locais, regionais ou nacionais (ou mesmo até internacionais no caso de algumas redes temáticas relevantes) de modo a fomentar mais aprendizagem coletiva e maior efetividade da ação. Sobressai a importância da participação alargada (efetiva) das populações nos processos de governança, na revisão global dos processos e procedimentos das instituições e entidades. Porém, apesar de reconhecerem a importância das

relações de cooperação e de colaboração, a proatividade, a criatividade e a partilha surgem como essenciais para a geração de recursos necessários à sustentação da iniciativa, tanto por uma questão de independência como pela morosidade ou complexidade que os apoios, por vezes, implicam.

De igual modo, se por um lado, as iniciativas reclamam mais oportunidades de participação nos processos de governança, por outro declaram que a capacidade em demonstrar os seus resultados e impacto, e a comunicação adequada dos mesmos, é fundamental para conquistar a atenção e consideração das instituições e entidades públicas (e também as privadas, que podem constituir fontes de apoio a vários níveis). Assim, apontam a **importância de cultivar uma ligação com a Academia para a cocriação de conhecimento útil e para a aprendizagem de novas ferramentas e metodologias que lhes permitam aumentar a efetividade da sua ação**. Esta ligação é tanto mais benéfica se considerarmos que a integração de diferentes formas de conhecimento, saber e prática, comporta um grande potencial de geração de inovação social.

#### 7.6. Mais ação reflexiva e mais avaliação para um contributo relevante...

Para além de incrementar o respetivo reconhecimento público, a avaliação e a monitorização dos impactos gerados pelas iniciativas constituem também uma via para o auto conhecimento, isto é, para uma *ação-reflexiva-em-ação* capaz de gerar novas dinâmicas e maior efetividade junto de outros públicos e contextos. Esta autoanálise é, com frequência, condicionada pela postura de autolegitimação de algumas iniciativas, em resultado de vários fatores, entre os quais a ausência de reconhecimento público pelo seu trabalho que, nem sempre, é concorde com o *status quo*. Assim, **é importante a capacidade das iniciativas em superar a ortodoxia que impede o diálogo produtivo com outras instâncias e iniciativas e, por vezes, limita a própria visão das iniciativas no que toca ao desenvolvimento de sinergias e à captação de recursos**. De notar que, a necessária autoanálise e avaliação não podem conduzir à neutralização da especificidade das iniciativas em prol de exigências de homogeneização – um dos perigos associados à politização.

Por outro lado, **a avaliação e monitorização, através do desenvolvimento de procedimentos de integração e devolução de feedback, permite integrar a dimensão interior (tanto dos grupos como dos indivíduos) que acontece nas fronteiras entre a dimensão coletiva e a dimensão individual da vida das iniciativas**. Esta dimensão é apontada pelas Iniciativas de Experimentação SocioEcológica como um elemento fundamental, cujo cuidado é habitualmente negligenciado na nossa cultura.









apoio

